

CONFLITOS, FRONTEIRAS E TERRITORIALIDADES EM TRÊS DIFERENTES PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Carlo Romani¹
César Martins de Souza²
Francivaldo Alves Nunes³

Resumo: A construção de grandes projetos agrários e núcleos de colonização na Amazônia possibilita problematizar as políticas planejadas para o povoamento da região e os impactos por elas causadas. Neste artigo, analisa-se a implementação de três diferentes áreas de colonização agrária na Amazônia. A primeira, no Segundo Reinado, durante a segunda metade do século XIX, na Região Bragantina no nordeste do Pará; a segunda, na Primeira República, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o Núcleo Colonial Cleveland implantado no Oiapoque na década de 1920; e a última, na década de 1970, durante a ditadura civil-militar, com a colonização da Transamazônica. Diferentes temporalidades e regimes de governo se entrelaçam para discutir, em perspectiva histórica, os impactos causados nas condições de vida dos locais e dos migrantes, e os conflitos e problemas sociais decorrentes.

Palavras-chave: Colonização; Território; Amazônia; Núcleos Coloniais.

CONFLICTS, BORDERS AND TERRITORIALITY IN THREE DIFFERENT COLONIZATION PROJECTS IN THE AMAZON

Abstract: The construction of large agricultural projects and cores of colonization in the Amazon makes it possible to problematize the planned policies for the settlement of the region and the impacts caused by them. This paper analyzes the implementation of three different areas of agricultural colonization in the Amazon. The first, in the Second Empire, during the second half of the nineteenth century, in the Bragantina region in the northeastern of Pará; the second, in the First Republic, on the border between Brazil and French Guiana, the Cleveland colonial core implanted in Oiapoque in the 1920s; and the last, in the 1970s, during the civil-military dictatorship, with the colonization of the Transamazônica area. Different temporalities and government schemes intertwine to discuss, in a historical perspective, the impacts of the living conditions of local and migrants, and the conflicts which caused social problems.

Keywords: Colonization; Territory; Amazon; Colonial core.

¹ Professor da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio. Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Endereço: Rua Almirante Alexandrino, 2750, Santa Teresa, 20241-263 - Rio de Janeiro-RJ, e-mail: caromani@ig.com.br, tel: 21 32683298.

² Professor da Universidade Federal do Pará. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Endereço: Travessa Niterói, 1617, Sudam II, 68374-530 – Altamira-PA, e-mail: cesar@ufpa.br, tel: (93) 991931207.

³ Professor da Universidade Federal do Pará, atuando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rodovia Mario Covas, 615, Ed. Caiçara, apt. 301, Bairro do Coqueiro, CEP: 67015-000, Ananindeua-PA. E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br, tel: 91 30861176.

Introdução

A construção de grandes projetos agrários na Amazônia brasileira, fenômeno de característica mais recente desde a segunda metade do século XX, e a de núcleos de colonização agrícolas em diferentes frentes amazônicas, estes já recorrentes desde o Império, nos possibilita problematizar as políticas planejadas (ou não) para o povoamento da região e os impactos sociais e ambientais por elas causadas em diferentes temporalidades de nossa história. Neste artigo, analisaremos a seguir a implementação de três diferentes áreas de colonização agrária na Amazônia brasileira, mas que são justificadas por discursos desenvolvimentistas que atravessam as diferentes temporalidades. A primeira, no Segundo Reinado, durante a segunda metade do século XIX, na chamada zona Bragantina no nordeste do Pará; a segunda, na Primeira República, na região de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa no Oiapoque, onde foi implantado o Núcleo Colonial Cleveland na década de 1920; e a última, na década de 1970, durante a ditadura civil-militar, com a colonização da Transamazônica, projeto de rodovia que atravessou toda a Amazônia de leste a oeste, desde os Estados do Maranhão até o Amazonas. Diferentes temporalidades e regimes de governo se entrelaçam nesta narrativa para discutir, em perspectiva histórica, os impactos causados nas condições de vida das populações locais, muitas vezes ignoradas por essas políticas, e nas dos migrantes atraídos pelo sonho da terra e do Eldorado amazônico. Os conflitos e problemas sociais decorrentes desse processo de colonização e contato intercultural, ignorados pelas políticas oficiais, puderam ser percebidos criticamente na análise da documentação produzida pelas fontes oficiais e pelos relatos de colonos ou de indivíduos direta e indiretamente envolvidos nessas questões.

Condição de colonização, ações colonizadoras oitocentistas no nordeste do Pará⁴

A referência à temática “colonização” exige uma apresentação dos indicativos de escolhas e da forma de ocupação territorial (MELO, 2006; GADELHA, 1982). Sobre a questão, observa-se que as abordagens que analisam as experiências de implantação de colônias agrícolas como formas de ocupação territorial na Amazônia, definem estes projetos de colonização como consequência do desenvolvimento da produção extrativa

⁴ Parte das reflexões apresentadas é resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto “Ocupação de terra, paisagem e produção rural nos Aldeamentos e Colônias Agrícolas do Pará (décadas de 1840-1880)”, financiado pelo CNPq.

da borracha. Roberto Santos (1980), estudando a economia amazônica ao longo do século XIX, atribui a criação dos programas de colonização agrícola como consequência da crise da agricultura na região, visto que parcela significativa de trabalhadores agrícolas haviam se deslocados para as áreas de extração. Esta posição é também compartilhada por Bárbara Weinstein (1993). Ambos identificam uma carência de trabalhadores agrícolas e, nesse sentido, as políticas de colonização estariam condicionadas às demandas da economia extrativa.

Nossa preocupação para esta primeira parte do texto é compreender que no século XIX os programas de colonização extrapolaram aspectos e interesses econômicos, ocupando uma dimensão de estratégia política de dominação sobre extensas áreas de florestas. No caso da região nordeste da Província do Pará, posteriormente conhecida como Zona Bragantina e objeto de iniciativas colonizadoras no período imperial, estas indicações de escolhas deste espaço combinavam a presença de riquezas florestais, facilidade de comunicação e transportes, assim como terrenos férteis. “Terrenos convenientemente acidentados e sobranceiros a toda sorte de inundação”, solo “profundamente coberto ou composto, pela maior parte, de húmus, que o torne extraordinariamente fecundo”; florestas “ricas de madeiras, as mais estimadas”; águas “salutíferas, postas em abundância”; clima e ar “frescos e rios onde os vapores naveguem facilitando a comunicação com a capital” são algumas das condições apresentadas, em 15 de fevereiro de 1874, pelo presidente do Pará, Pedro Vicente de Azevedo, como indicativo do local mais apropriado para implantação de núcleos coloniais na Amazônia⁵.

Embora a importância da Região Bragantina remetesse ao período da colonização portuguesa, foi somente no início da segunda metade do século XIX, mais especificamente no final da década de 1850, que se observa uma intervenção do Governo do Pará no sentido de organizar a ocupação dessa área. Essas intervenções se caracterizaram pela criação de vias de acesso ao interior da Zona Bragantina, de forma que, facilitassem a entrada de produtos das províncias do Nordeste do Brasil, assim como, garantissem que a produção agrícola e extrativa na região fosse comercializada no porto de Belém, ideia que foi utilizada posteriormente nos planos de colonização defendidos por Domingos José da Cunha Júnior durante a década de 1870. Com essas intenções, em 1858, o presidente do Pará, Leitão da Cunha, iniciou um audacioso plano

5 Relatório da presidente da província do Pará, 15 fev. 1874, p. 63.

de ligar os principais centros de produção aos mercados de Belém e conseqüentemente facilitar o acesso à Província do Maranhão⁶. A intenção do Governo do Pará era construir uma estrada de rodagem que ligasse a cidade de Bragança com a capital do Pará, assim como a criação de vias de acesso ao Maranhão, a partir desta estrada, que passaria posteriormente a ser chamada de estrada de Bragança.

Leitão da Cunha, não apenas defendia a construção de vias de comunicação, mas também, apontava a necessidade de que ao longo dessas vias fossem construídas áreas de produção agrícola de forma a compensar os investimentos do governo na construção dessas estradas. No discurso no parlamento provincial em 08 de dezembro de 1858 enfatizava aos deputados a importância da comarca de Bragança na produção de alimentos, destacando ainda as qualidades do solo da região que “se prestaria para todo gênero de cultura, que se quisesse dele confiar”, além “da comarca de Bragança possuir ricos campos de criação”⁷. Alegava ainda, que a construção de uma estrada, cuja distância poderia chegar a 25 léguas, ou 150 quilômetros, mais ou menos em linha reta, tinha o propósito de diminuir o tempo de viagem em embarcações, que não se fazia em menos de 6 a 8 dias, sem contar ainda as vantagens na construção dos núcleos agrícolas que melhor aproveitassem as qualidades do solo da região. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o Governo do Pará tentava eliminar os vários incômodos da viagem até Belém, principalmente a dependência dos ventos e correntezas dos que navegavam pelos rios da região, defendia a construção de novos espaços de produção agrícola. O entendimento da administração provincial era o de que, se por um lado o estabelecimento das estradas evitaria os transtornos provocados pela navegação, por outro, a construção destas vias de acesso deveria estar associada à implantação de núcleos agrícolas, visto que dariam maior proveito, utilizando-as, principalmente, para o transporte de produtos agrícolas.

Não se pode descartar ainda que o plano do Governo do Pará em construir uma estrada de rodagem com o propósito de ligar as áreas de produção ao comércio de Belém, assim como dar condições para o estabelecimento de colônias agrícolas, fosse uma medida que acabava atendendo aos interesses da Coroa, que, nos primeiros meses de 1854, havia ordenado ao presidente Leitão da Cunha que “escolhesse nos territórios medidos nesta província, um distrito para formar nele um núcleo colonial”⁸. Em 1875 o

6 Idem, 08 dez. 1858, p. 13-14.

7 Ibidem

8 Idem, 15 ago. 1858, p. 29.

Ministério da Agricultura deixava claras as motivações quanto às ordens para criação de colônias agrícolas. A intenção do Império era assegurar a construção de espaços que pudessem atrair colonos estrangeiros, aumentando a população de trabalhadores, sobretudo na atividade agrícola; ao mesmo tempo, através desses programas de colonização, o Estado deveria garantir as vendas de terras devolutas e a introdução e estabelecimento de trabalhadores “laboriosos e morigerados”, ou seja, indivíduos capazes de promover o desenvolvimento da atividade agrícola no país⁹.

O presidente Leitão da Cunha, ainda em 1858, demonstrava pleno conhecimento das intenções da Coroa e se encarregava de fazer a defesa desses interesses no parlamento provincial. Em 15 de agosto do mesmo ano fez uma leitura na Assembleia Legislativa em que propunha a criação de medidas que facilitassem a atração de colonos estrangeiros para o Pará, incluindo a construção da estrada ligando as cidades de Belém a Bragança. Afirmava que no Pará não havia condições para recebimento de imigrantes, uma vez que a província não dispunha de serviços em favor da colonização, pois nenhum trabalho havia sido feito no preparo de terrenos, de forma que os colonos estrangeiros que se dirigissem para o Pará não teriam terras onde pudessem fazer pouco mais do que plantar e colher os frutos que proporcionassem a fertilidade da terra. Segundo Leitão da Cunha, era fundamental, para o êxito da colonização, que o governo provincial pudesse garantir facilidade, prontidão e abundância, quanta fosse necessária, não só para conservar os colonos existentes e afeiçoando-os ao solo, como para convidar outros que viessem, a auferir com eles os gozos de que estiverem de posse¹⁰.

Reafirmava-se, portanto, que a administração provincial deveria criar medidas que facilitassem a permanência dos colonos estrangeiros, visto que, entendia-se que o penoso trabalho de derrubar matas virgens, de construção de vilas no interior das florestas, assim como, de vias de comunicação com os centros de população, “não é por certo tarefa para homens como os estrangeiros, que para aqui vêm, sem a menor idéia de semelhante trabalho”¹¹. Nesse sentido, o governo provincial tem a plena convicção de que os estrangeiros que migrarem por qualquer motivo para o Brasil, não se sentirão, necessariamente, na obrigação de trabalhar na atividade agrícola. Caso encontrem meios de vida nos centros urbanos, dificilmente procurarão a vida árdua e penosa das matas. Este seria então o principal motivo para que o Estado assumisse o compromisso de

9 Relatório Ministério da Agricultura, 1873, p. 168.

10 Relatório da presidente da província do Pará, 15 ago. 1858, p. 30.

11 Ibidem

preparar os terrenos para os plantios, assim como as instalações para os imigrantes, de forma a facilitar a sua permanência nos núcleos coloniais. No entanto, não se pode deixar de destacar que a construção da estrada, fundamental para ligar os centros de produção com o mercado de Belém, viabilizava também a implantação dos núcleos coloniais, visto que os territórios já medidos e definidos como terras públicas, com possibilidade de serem utilizados para implantação das colônias agrícolas, achavam-se encravados no interior das matas da Zona Bragantina e sem comunicação alguma com as vilas e freguesias da região. A estrada cruzando essas terras permitiria, portanto, a sua ocupação e a conseqüentemente valorização dessa área, até então devoluta.

Em 1872, Abel Graça, não diferente das administrações anteriores, justificava a escolha dos terrenos como local mais conveniente para a colonização, não só pela fertilidade do solo, como pela proximidade em que se achavam da capital, onde os colonos poderiam prover-se facilmente do que lhes fosse necessário, além do que, poderiam vender, sem demora e sem prejuízo, os produtos agrícolas¹². Na oportunidade, solicitava ao Ministério da Agricultura que se responsabilizasse com as despesas com o transporte dos colonos, visto que os trabalhos de medir e demarcar as terras estavam saindo por conta dos cofres provinciais.

Outro ofício é encaminhado em 24 de abril de 1873, agora por Domingos José da Cunha Júnior. Segundo o presidente do Pará, apesar da fertilidade de seu solo, do clima e umidade favoráveis, a província importava os principais produtos consumidos, como, por exemplo, o milho, o feijão, o arroz e o açúcar. Esse fato concorria para que o Governo do Pará reafirmasse ao Ministério da Agricultura de que no Pará não existia uma indústria agrícola e que os poucos locais onde se produzia alimentos encontravam-se isolados da Capital. Retomava-se assim o antigo discurso do presidente Leitão da Cunha, que se caracterizava pela associação entre a criação dos núcleos agrícolas e a construção de estradas que facilitassem o transporte da produção agrícola.

Associar a criação dos núcleos agrícolas à construção de estradas que não apenas facilitassem a comunicação entre o mercado de Belém e as colônias agrícolas, mas também outras áreas de produção de alimentos, foi uma forma encontrada pelas autoridades do Pará para atender às solicitações de alguns proprietários de terra. Isso se devia às reclamações quanto ao isolamento das áreas produtoras de alimentos. A proposta era criar outras formas de transporte, além do que era realizado pelos rios.

12 Idem, 15 fev. 1872, p. 58.

Eleuterio Maximiano Terra, capitão da reserva e agregado ao 1º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da Capital do Pará, possuidor de uma propriedade conhecida como “Retiro da Saudade”, de aproximadamente meia légua na freguesia de Inhangapy, comarca de Belém, era um dos proprietários que dependia da criação de outras vias de comunicação até a Capital, nas quais pudesse transportar seus produtos, principalmente gêneros agrícolas e madeiras¹³. Localizada à margem do rio Inhangapy, subindo pelo igarapé Patanateua, a propriedade composta de uma casa coberta de telha, que servia para morada da família, tendo aos fundos da residência um depósito para colheita, onde era armazenada parte da produção que servia para consumo da família e de seus trabalhadores, além da presença de um rancho coberto de palha em que moravam os escravos em número de 10, duas casas também cobertas de palha que serviam para abrigar dois fornos de cobre para o fabrico de farinha e uma engenhoca manual para garapa, representavam as construções pertencentes à propriedade. Produzia-se café, tabaco, milho, arroz, mandioca e outros gêneros, dos quais parte era retirada para subsistência dos escravos e da família, sendo o restante comercializado, sem falar de que esta área era possuidora de madeiras como maçaranduba e o pau d’arco, muito bem aceitas no mercado de Belém.

Construir vias de comunicação com esses locais de produção de alimentos, a exemplo das terras do capitão Eleutério Maximiano Terra, era tomado como necessidade para se desenvolver a atividade agrícola no Pará. Para Domingos José da Cunha Júnior, a implantação de colônias agrícolas na Zona Bragantina deveria acompanhar essas demandas de criação de outras vias de transportes, de forma que os núcleos agrícolas fossem construídos em locais que pudessem interligar as várias propriedades produtoras de alimentos com o mercado de Belém¹⁴. Outra questão era a de que no Pará necessitava-se não apenas atrair imigrantes, conforme apontava o Ministério da Agricultura quando fazia referência aos núcleos agrícolas, mas também oferecer aos “colonos do Pará terrenos, a princípios perto da capital, assim como criar condições de protegê-los quanto for possível”¹⁵. O problema colocado pelo presidente do Pará dava um novo caráter a essas áreas de colonização. Deixavam de ser apenas um espaço para atrair colonos estrangeiros, constituindo-se, também, enquanto local para abrigar colonos da própria província, o que se imagina que correspondesse aos colonos

13 ITERPA (Instituto de Terras do Pará). “Auto de Medição e Demarcação de Terras”. Requerente Eleutério Maximiano Terra. Processo n. 000001/1877, 14 jun. 1877, folhas 0001-0096.

14 Relatório da presidente da província do Pará, 1 jul. 1873, p. 47.

15 Ibidem

envolvidos em conflitos de terras. O próprio capitão Eleutério Terra, em 14 de junho de 1877, resolveu procurar o juiz comissário da comarca de Belém, Dr. João Damasceno, para solicitar a medição e demarcação de suas terras, visto que parte delas estariam sendo ocupadas pelo que resolveu chamar de aventureiros¹⁶. Nesse caso, pode-se afirmar que a criação dos núcleos agrícolas como locais para abrigar colonos do Pará poderia também estar sendo pensada como forma de resolver as tensões entre esses colonos, então qualificados como aventureiros, e os que reivindicavam serem os donos das terras.

Os diversos interesses que envolviam a criação das colônias agrícolas pareciam exigir do presidente de Província habilidades no sentido de gerenciar esses problemas, e como observamos, Domingo José da Cunha Junior parece desenvolver bem essa atribuição de um bom negociador. Diante dessa complexa rede de interesses tinha ainda que lidar com as reclamações do Ministério da Agricultura quanto à baixa produção agrícola¹⁷. Até certo ponto, o governo reconhecia os problemas enfrentados pela agricultura no Pará e apostava todas as fichas nos programas de colonização, principalmente na criação das colônias agrícolas. Domingos José da Cunha Júnior chegava inclusive a afirmar que a partir da criação dessas novas áreas de produção agrícola “o mercado da Capital estará abastecido de produtos, que atualmente são importados por preços elevados”¹⁸. A intenção das autoridades provinciais era, a partir da ampliação das áreas de cultivo, atender às demandas de produtos comercializados na província, o que colocava a criação dos núcleos coloniais no Pará também como estratégias para desenvolver a economia regional, visto que uma das metas das colônias agrícolas era garantir, através dos produtos vindos desses núcleos, o abastecimento dos mercados que antes dependiam do comércio com outras províncias.

Os debates em torno dos propósitos a que se propõem os núcleos coloniais corriam paralelos aos trabalhos de medição das terras da estrada de Bragança. Em conformidade com o aviso do Ministério da Agricultura de 7 de julho de 1873, a Presidência da Província havia designado os engenheiros Julião Honorato Corrêa de Miranda, Guilherme Francisco Cruz e Antonio Joaquim de Oliveira Campos para procederem na estrada de Bragança à medição e demarcação das seis léguas de terras¹⁹. Ainda em 1873 era dado início à delimitação dos lotes, trabalho que não pode ser

16 ITERPA, op. cit., folhas 0008-0013.

17 Relatório Ministério da Agricultura, 1874, p. 11-13.

18 Relatório da presidente da província do Pará, 1 jul. 1873, p. 46.

19 Idem, 31 dez. 1873, p. 23.

concluído no mesmo ano devido às fortes chuvas que caíram no local. Até a chegada do inverno estavam demarcados apenas 170 lotes.

Em 1874, o Governo do Pará dava por completo o serviço de medição e demarcação em 116 lotes de terrenos ocupando uma área de mais de uma légua quadrada²⁰ (Pará, 1874: 13), um total de terras considerado ainda muito pequeno comparado ao que foi destinado para a colonização, que correspondia a 36 léguas quadradas, cerca de 216 quilômetros quadrados de terrenos, o que demonstrava que muitos trabalhos aguardavam os que se aventuravam a ocupar essas terras. Somente em 1875 registra-se a chegada dos primeiros colonos para ocupar os lotes então demarcados, inaugurando a primeira colônia agrícola na Zona Bragantina, no caso, o Núcleo Colonial de Benevides, como passaria a ser chamado. Condição inicial de materialização dos planos de colonização para a Província do Pará.

A colonização na região da fronteira do Oiapoque: desterro e confinamento de indesejáveis em Clevelândia do Norte²¹

O povoamento da Amazônia brasileira, durante o Império, foi conduzido de forma tímida através de uma política de estímulo à colonização pela população civil iniciada a partir de sua franja oriental e das áreas adjacentes ao rio Amazonas. Seguiu-se o mesmo método da antiga política portuguesa de fortificação de áreas estratégicas (Faria, 2011), seja nas regiões fronteiriças nacionais seja nas entradas dos afluentes do Amazonas, mesclando, geralmente, o estabelecimento de atividades agrícolas ao lado de colônias militares. Neste item, abordaremos as tentativas de colonização agrária do atual Estado do Amapá, com ênfase naquela de Clevelândia do Norte, cuja experiência de povoamento, passando de colônia agrícola a colônia penal e depois militar, em menos de uma década e meia, entre 1921 e 1935, parece ter sido inusitada e única no território nacional.

Retrocedamos um pouco no tempo. No ano de 1840 foi estabelecida a primeira colônia no Amapá com o objetivo de sedentarizar uma população naquele que então era

20 **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz** 3º Vice-Presidente passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874. Pará, Typographia do Diário do Gram-Pará, 1874.

21 Texto ampliado, incluindo novas pesquisas, elaborado a partir da Tese de Doutorado em História, Clevelândia, Oiapoque - Aqui começa o Brasil!?. Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927), defendida em dezembro de 2003, no IFCH - Unicamp. Financiamento FAPESP.

o limite costeiro mais ao norte da Província do Pará. A colônia militar Pedro II, implantada na margem esquerda do rio Araguari, espiava do outro lado do rio a região litigiosa com a Guiana Francesa denominada de contestado franco-brasileiro. Num dos poucos trabalhos existentes sobre essa remota experiência, Francivaldo Nunes, aponta para o fato de que essas terras não tendo sido “ocupadas apenas por militares, evidencia a proposta de auxiliar no povoamento”, um indicativo da estratégia oficial que favorecia o convívio comum entre civis e militares num mesmo espaço físico (Nunes, 2012). Da mesma forma, Regina Faria, com base no relatório redigido no ano de 1858 pelo ministro da Guerra, Jeronymo Coelho, não deixa dúvida quanto aos procedimentos de disciplinamento militar utilizados para a eficácia do trabalho agrícola do colono²². Tanto Nunes quanto Faria, identificaram como propósito principal para determinar o local a serem edificadas as colônias militares durante o Império, o pouco povoamento dos lugares escolhidos e a necessidade de policiamento e segurança militar nessas regiões afastadas dos núcleos urbanos.

No Pará de 1840, todos esses problemas eram visíveis em época de revolução contra o Império e de farto trânsito e fuga de cabanos para a extrema região setentrional, ainda sem soberania definida. A colonização militar legitimava-se tanto pela defesa interna quanto pela defesa externa do território nacional, e no caso do Amapá, ambas eram tidas como prementes. A extensão de um povoamento sedentário de civis cumpriria a função de dar perenidade ao empreendimento. Esse fato não ocorreu na prática, dada a diminuição no número de habitantes da colônia Pedro II nos anos que se seguiram, refletindo seu estado de abandono (Nunes, 2012). Em parte, parece que essa intermitência no número de assentados deveu-se à forma autoritária exercida pelo comando que acarretava diversas insubordinações nos soldados e gerava revoltas entre os civis (Nogueira, 2008: 315), o que pode ser indício da incompatibilidade desse projeto compartilhado de colonização.

Com a chegada da República houve uma reavaliação do tipo de política agrícola a ser empreendida na Amazônia e o entendimento de que somente a presença militar somada a alguns agregados civis não bastava para o efetivo povoamento desses lugares distantes. A criação específica de núcleos coloniais agrícolas passou a ser considerada o

22 “Tais colônias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa” In: **Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa** na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1858, p. 15, apud (Faria, 2011).

caminho prioritário para as políticas de interiorização quando o objetivo fosse o de povoar e fixar pessoas na região (Lenharo, 1995). O Ministério da Agricultura passou a ser o polo irradiador da nova política colonizadora, ocupando o antigo lugar destinado ao Exército. Mas, nas regiões de fronteira a questão da segurança nacional sempre caminhou junta, por isso tornou-se recorrente o discurso oficial da “urgente necessidade de povoamento das nossas fronteiras, especialmente amazônica, ainda em grande parte contestada por governos europeus, e até hoje totalmente indefesa” (Câmara dos Deputados, 1890: 82). O intuito real da missão colonizadora era denunciado pelo texto do decreto lei 163 que zelava pela ocupação do território com o uso do proletariado nacional em prol da riqueza do Estado²³.

A região do Amapá, composta de savanas, pântanos e alagadiços era tida no imaginário popular não somente como insalubre, mas também como perigosa. O destino trágico que levaram os protagonistas oficiais do projeto de recolonização agrícola da colônia Pedro II no ano de 1890, não nega essa fama. Segundo o boletim médico publicado nesse ano:

Organizada a comissão incumbida de explorar o território e de lançar os fundamentos do primeiro núcleo, partiu em março para o seu destino, havendo sido lamentavelmente acometido de febres, a que sucumbiram o chefe, engenheiro Francisco de Paula Ferreira Gomes, o médico e dois auxiliares. A despeito desta tristíssima ocorrência foram a 6 de julho inaugurados os trabalhos de organização de um centro colonial nas margens do rio Araguay, junto da colônia militar D. Pedro II, em sítio bem reputado pelas suas condições de salubridade e servido por comunicações fáceis. (BOLETIM, dez. 1890)

O chefe da comissão colonizadora, o engenheiro Francisco Ferreira Gomes, sucumbiu às doenças tropicais, mas mesmo assim foi dada continuidade ao empreendimento. Nesse momento seminal da República nascia também o embrião de toda a política futura de integração nacional com o avanço lento, mas contínuo da fronteira agrícola, uma política que desembocaria no esforço demarcatório dos limites do Estado nacional e na redução dos silvícolas remanescentes à nacionalidade brasileira²⁴. O fracasso parcial do experimento de Araguari não deve ser tributado

23 “Considerando que deve ser empenho do governo da República aproveitar para cultivo efetivo do solo brasileiro a exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional, em sua grande maioria sem meios para empregar, com melhor proveito próprio e público a atividade com que tem até aqui provido a fortuna pública e a riqueza do Estado”. (Câmara dos Deputados, 1890: 82).

24 Indica-se o abundante material sobre as expedições militares demarcatórias dos limites nacionais e as incursões em áreas indígenas no norte do país existente na Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Belém, doravante apenas CBDL.

somente ao estado pouco salubre da região lacustre mas também à exacerbação do conflito franco-brasileiro provocado pela descoberta do ouro em 1893 na região do Calçoene. A disputa pelo minério levou a uma invasão de garimpeiros na região, na maior parte provindos da Guiana Francesa e das ilhas do Caribe (Romani, 2013: 76-89). O litígio do contestado foi arbitrado definitivamente em Berna, em dezembro de 1900, de modo totalmente favorável ao Brasil que definiu nesse ano sua fronteira setentrional atual, ao longo do rio Oiapoque (Romani, 2013: 119-123). Contudo, essa nova região, somada à soberania nacional após um conflito de séculos, continuou praticamente abandonada pelas políticas republicanas.

Nos vinte anos que se seguiram à arbitragem internacional pouco foi feito. Toda a nova região fronteira permaneceu sob influência dos negócios de contrabando. Além dos índios que lá viviam, muitos dos habitantes eram garimpeiros remanescentes do ciclo do ouro. A exploração econômica da região continuava sendo dominada pelos súditos franceses que contrabandeavam as riquezas para o outro lado do rio, como lemos na denúncia publicada no Rio de Janeiro em 1920:

o Amapá é uma terra economicamente roubada ao Brasil. O ouro, a borracha, as essências florestais e até o gado de sua produção objeto de grande e próspero comércio clandestino, movido por traficantes de além fronteira que, na verdade, gozam a posse mansa e pacífica do ex-contestado. (COMISSÃO, 14 mar. 1920)

Desde o início de 1919 uma campanha organizada pela imprensa nacionalista noticiava periodicamente a invasão francesa em terras brasileiras. Notas alarmantes de que “o registro civil é feito em francês” (O Brasil, 6 nov. 1920) e “os índios brasileiros que se vão civilizando falam, de preferência, o francês” ou ainda, de que “ainda se desconhece a moeda brasileira, e é o franco que circula”²⁵, apareciam nos jornais do Rio, Salvador e Belém. Nesse clima de insuflamento, em 12 de março de 1920 fora nomeada a Comissão Colonizadora do Oyapock, subordinada ao Ministério da Agricultura. Na prática, não funcionava. Pressionado pela opinião pública, o presidente Epitácio Pessoa ordenou o envio de uma comissão para fazer o levantamento da região e escolher o local mais adequado para a instalação do canteiro de obras²⁶.

25 Respectivamente publicados em **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 25 out. 1920 e **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1920, apud (Alicino, 1971: 82).

26 Segundo o biógrafo da vila de Clevelândia, Padre Rogério Alicino (1971: 78), os agentes da comissão “zarpados de Belém a meados de abril de 1920” encontraram o melhor sítio entre o rio Pantanari e a cachoeira Grand Roche.

O diretor de povoamento e chefe da referida comissão, engenheiro Gentil Norberto, apresentou publicamente em seu regresso os resultados da prospecção efetuada de modo bastante positivo, ao considerar que a “zona do Oyapock é das mais férteis do nosso País” (A Colonização, 5 nov. 1920). Mas, o mais importante para o sucesso da empresa foi o fato de afirmar, em seu relatório, que o Oiapoque era riquíssimo em minerais e madeiras preciosas²⁷. Norberto estava amparado pelo laudo do engenheiro austríaco Frederico Schimidt que pretendia explorar industrialmente o pau-rosa e junto com o comerciante e industrial Afonso Fonseca, ambos provenientes de Belém, faziam parte da “Comissão de Estudos para fundação do Centro Agrícola Cleveland”²⁸. O nome escolhido para o núcleo agrícola, poderá parecer estranho, mas foi dado em homenagem ao presidente Groover Cleveland que esteve à frente da Casa Branca entre os anos de 1893 e 1897, num dos momentos mais tensos do litígio franco-brasileiro, e posicionou-se publicamente a favor do pleito brasileiro, recordando a doutrina Monroe (Samis, 2002: 158-160). Não deixava de ser uma provocação aos vizinhos franceses.

Montadas as comissões, resolvidos os problemas técnicos, obtido o apoio de industriais e comerciantes, restava agora conseguir a mão de obra necessária para viabilizar o empreendimento. Na verdade, o ordenamento cronológico dos fatos não foi esse. Desde a grande seca cearense de 1915 os chamados flagelados foram induzidos pelo governo daquele estado a emigrarem (Pinheiro Neto, 2014) e aportaram em levas nas cidades de Vigia, Belém, Afuá, de onde foram encaminhados para diversas regiões paraenses. No ano de 1919, o problema agravou-se com a chegada e permanência de centenas de retirantes acampados no porto de Belém, fato que levou àquela campanha na imprensa a que nos referimos antes. Orquestrada pelos mandões políticos locais como o senador Justo Chermont, “proprietário de grandes extensões de terra na região do Oiapoque” (Samis, 2002:156), cuja família também era proprietária do jornal “O Estado do Pará”, a campanha soube associar a resolução do problema dos flagelados pela calamidade climática ao da colonização da fronteira. Na condição de relator do Ministério da Agricultura, Chermont apresentou uma emenda ao Senado para a criação da comissão colonizadora, sugerindo que o povoamento do Oiapoque desse “preferência

27 Relatório do Delegado Oficial Sr. Gentil Norberto, apud (Alicino, 1971: 80-81)

28 Inspeção de Fronteiras. Relatório do General Inspector Cândido Rondon, 1927, p. 14, CBDL.

aos emigrados do Nordeste Brasileiro” pois seria “patriótica a medida de localizá-los na ubérrima região de fronteira.” (A Verdade, 4 jan. 1928)²⁹

Foi dessa comunhão heterogênea de interesses envolvendo o desterro de indesejáveis acampados em Belém, a valorização de terras de latifundiários locais e o povoamento da fronteira nacional ameaçada pelo estrangeiro, que resultou a colonização agrícola do Oiapoque. Promovida pelo Governo Federal, a construção do núcleo utilizou dessa mão de obra disponível já pensando em sua posterior sedentarização forçada como colonos agrícolas. O migrante cearense era visto como “desbravador, desvirginador, inovador da ordem social”, alguém capaz de trazer costumes civilizatórios melhores do que os mantidos pelos ribeirinhos amazônicos “caboclos desleixados que vivem em redes com suas crianças dormindo embaixo delas” (Uchoa, 1923). Assim, teríamos um povoamento do Oiapoque feito por uma maioria de exilados cearenses que serviriam, na lógica integracionista da época, como exemplo moral para a erradicação da indolência do caboclo nativo.

A construção da renomeada vila de Clevelândia começou nos primeiros meses de 1921 com o trabalho pago desses migrantes para as atividades da construção civil e com a chegada simultânea de famílias de colonos entre maio e junho desse mesmo ano³⁰. A inauguração oficial ocorreu em maio de 1922, de forma pomposa, com homenagens ao Barão do Rio Branco e a presença de autoridades estaduais, federais e do governo colonial francês na Guiana (Romani, 2011: 504). Segundo Gentil Norberto, “em junho, várias dezenas de famílias de trabalhadores nacionais foram localizadas no núcleo. Em setembro, a escola pública já funcionava com 45 alunos matriculados” (A Verdade, 4 jan. 1928). Portanto, tudo ia de vento em popa no discurso positivo de propaganda.

Mas, na prática, a questão fundamental para a viabilização de um empreendimento agrícola, a fertilidade das terras, não fora observada, até porque os estudos feitos pela comissão constituída preocuparam-se com a topografia do lugar e os recursos minerais e extrativos existentes, mas não tiveram o aval de nenhum agrônomo, técnico que somente chegará ao local em 1925³¹. Os colonos, principais interessados na

29 A relatoria do senador Chermont foi reproduzida num texto escrito por Gentil Norberto em defesa própria no ano de 1928 quando da instalação de uma comissão de inquérito para avaliar os fatos ocorridos no núcleo agrícola.

30 Memórias pessoais de Rocque Pennafort. Como nasceu Clevelândia. mimeo. Arquivo Particular.

31 Tendo participado inicialmente da comissão como auxiliar de agrimensor, em 1925, o já agrônomo Sebastião Dantas passa a auxiliar os colonos em suas lavouras e administrar o uso do rebanho de gado

produção agrícola, logo começaram “a sentir na pele, a contradição daquilo que tanto se apregoava há muito tempo: as terras da região não eram, como não são, fertilíssimas para a agricultura.”³² A inicialmente empolgante experiência agrícola, em pouco menos de dois anos mostrou-se mais um fracasso e os “colonos na maioria foram abandonando as atividades agrícolas, por falta de compradores para seus produtos, passando a trabalhar na extração do pau-rosa e na garimpagem do ouro” (Arnaud, 1984: 17). O fracasso relativo na memória dos colonos, da população local, do ponto de vista dos interesses do Estado e dos empresários, não era tão relevante. Alcançava-se real objetivo de fixação de um contingente populacional não indígena no território para a geração de riqueza para o Estado, como apregoara o decreto lei 163.

Por outro lado, o povoamento do Oiapoque, muito antes de ser pensado de forma oficial, já vinha sendo praticado através de sucessivos fluxos de pessoas, muitas das quais haviam se estabelecido definitivamente no lugar sem nenhum apoio governamental (Romani, 2011a). O mote “o lugar onde o Brasil inicia”, que se lê ainda hoje em dia às margens do rio Oiapoque, revela a vontade de incorporar oficialmente esse território ao Estado nacional levando-lhe a civilização brasileira, uma conquista inconclusa (Romani, 2013: 168-177). A colonização da Amazônia foi tratada como uma questão estratégica dentro da prática geopolítica de manutenção e efetivação da soberania nacional, e não como vontade real de resolver o problema agrário, bandeira pela qual muitos camponeses foram atraídos ao sonho do Eldorado em diferentes interiores (Guimarães, 2002).

Dois foram os fatores fundamentais que levaram o Estado a despender os esforços humanos de seus funcionários e recursos materiais para viabilizar a ocupação de Clevelândia. Primeiro, a presença constante de estrangeiros atravessando as fronteiras, circulando pelo território brasileiro e explorando-o comercialmente. Os franceses da Guiana durante muitos anos, desde os tempos da disputa no Contestado e nos vinte anos que se seguiram à definição da soberania brasileira sobre o território, continuaram sendo a maioria da população “civilizada” do lugar. Segundo, o mais importante, o aspecto econômico, pois tratava-se de uma região rica em recursos naturais na floresta, entre eles as essências, as madeiras de lei e o látex, e os recursos

e do plantel equino. Relatório do Major Boanerges de Souza, p. 14. Inspeção de Fronteiras. Anexo 3. 1927. CBDL.

32 Memórias pessoais de Rocque Pennafort. Como nasceu Clevelândia. mimeo. Arquivo Particular.

minerais, principalmente o ouro que se imaginava ainda poder ser encontrado nos afluentes do rio Oiapoque.

A forma como se deu sucessivamente a ocupação e a colonização do lugar reuniu três distintos empenhos. Primeiro, tratou-se de implementar um polo avançado da burocracia nacional através de um núcleo agrícola. Com a chamada por terras para a agricultura imaginava-se poder assentar colonos agrícolas erradicando-os definitivamente no lugar. Muitos foram os que vieram atrás desse sonho que logo se mostrou inócuo. As terras não eram suficientemente férteis para a agricultura e os altos custos do transporte inviabilizavam a produção agrícola. Mesmo para a manutenção de uma agricultura de subsistência era economicamente mais viável importar os alimentos via navegação fluvial, trazendo-os de Caiena ou Belém. Enquanto os cofres públicos subsidiaram o núcleo agrícola, ele prosperou. Quando as torneiras das verbas do Estado foram fechadas, a experiência fracassou.

O que fazer então com todo o aparato implantado? Para conveniência do Governo federal, o país passava pela revolução dos tenentes em 1924, o que provocara, durante o Estado de sítio decretado em seguida ao esmagamento dela, a prisão de milhares de pessoas. As detenções foram como a dos militares revoltosos, passando pela prisão de sindicalistas e envolvidos na luta por reformas sociais, até uma grande quantidade de criminosos, bandidos comuns pegos nas varreduras das ruas na faxina social em curso nos idos de 1924 e 1925 (Romani, 2011b). As prisões em massa vieram a calhar com mais braços para o empenho colonizador do governo e os detidos foram enviados para a extrema fronteira nacional, à semelhança do que fazia o governo francês. O país símbolo de cultura e civilização para os brasileiros praticava há mais de setenta anos a ocupação de sua colônia em Caiena com os prisioneiros deportados da metrópole francesa. Por que o Brasil não poderia fazer igual? E fez. Na noite de Natal de 1924 chegava ao Oiapoque o vapor que levou o primeiro lote de prisioneiros para Clevelândia. Ao todo foram desterrados um número aproximado de 1200 prisioneiros (Romani, 2013: 178-190). Desenhou-se assim o segundo movimento colonizador em Clevelândia, quando alguns dos soldados lá confinados acabaram casando-se e permanecendo no Oiapoque.

A nova ordem imposta na colônia com a chegada dos confinados era mantida por uma força pública paraense composta de 50 homens, que não conseguia conter as sucessivas fugas ocorridas no primeiro semestre de 1925. A solução adotada foi o envio de um destacamento de 150 homens do 26.º Batalhão de Caçadores que militarizaram a

colônia. A maior parte dos confinados foi anistiada no início de 1927 e retornou logo em seguida ao Rio de Janeiro e São Paulo, à exceção de alguns prisioneiros que permaneceram em Clevelândia. Os soldados seguiram os passos dos prisioneiros e em 1930 já não havia mais militares aquartelados. A vida na colônia agrícola entrou em acentuado declínio e os colonos transferiram-se para a vila vizinha de Oiapoque. O núcleo foi oficialmente extinto em 1935³³. Desde então, as terras de Clevelândia passaram para o Ministério da Guerra e esse se tornará o bastião militar da fronteira brasileira com a Guiana Francesa.

Foram essas três distintas formas de ocupação, a agrícola, a penal e a militar, que o Estado usou para exercer sua soberania sobre essa região afastada dos centros difusores da civilidade nacional. Para isso dispôs de uma população de indesejáveis sociais por diferentes motivos. Além da militarização da colônia agrícola, fenômeno corriqueiro na história brasileira, Clevelândia assistiu, de modo inusitado, a transformação de suas terras em local de desterro de presos políticos.

Territorialidades e conflitos com a construção da Transamazônica³⁴

Em 1970, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici anunciou a construção de uma imensa rodovia, a Transamazônica, para integrar a Amazônia ao restante do país e ocupá-la com os sertanejos nordestinos flagelados pela seca e trabalhadores rurais despossuídos do sul do país. O projeto de colonização e integração pautava-se na visão equivocada de que a Amazônia era um vazio demográfico, necessitada de um contingente populacional para desenvolvê-la e protegê-la de um suposto assédio estrangeiro.

Era o auge da ditadura civil-militar brasileira, no período de euforia pelo desenvolvimento econômico que ficou conhecido como “milagre brasileiro” (Fico, 1997). Foram então veiculadas propagandas oficiais nos principais veículos de comunicação que convocavam os brasileiros a ocupar a Amazônia³⁵. Cotidianamente chegavam novos moradores, equipes de imprensa e pesquisadores de diferentes lugares do mundo, para conhecer o desafiador projeto cujo ponto de partida foi a cidade de

33 Decreto Federal 559, de 21 de dezembro de 1935. Emancipa o Núcleo Cleveland, no Estado do Pará e dá outras providências.

34 Texto elaborado a partir da tese de doutorado de Souza (2012), defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, com apoio de bolsa da CAPES.

35 As propagandas podem ser encontradas no Setor Audiovisual do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Altamira-PA. Contudo, não apenas Altamira experimentou tal fervilhar, pois outras cidades como Marabá, Tucuruí e Itaituba, no Pará, assim como Estreito, no Maranhão, Humaitá e Lábrea, no Amazonas, tornaram-se tema de debates nacionais.

Colonizar espaços vazios da Amazônia era o grande desafio que se colocava nos discursos oficiais, como justificativa para o projeto de ocupação/integração e também como um apelo patriótico presente nas propagandas oficiais, veiculadas como forma de divulgar o empreendimento e atrair os migrantes. A construção da rodovia Transamazônica (BR-230) se tornou em motivador para o surgimento de novas cidades e o crescimento das já existentes, devido à chegada de pessoas de diversos lugares do país.

Sobre este momento, o então padre Erwin Krautler (2005: 7-10), atualmente bispo da prelazia do Xingu, em diferentes trechos da “Mensagem de abertura”, do livro Tenotã-Mô, manifesta seu estupor diante das cenas de inauguração da Transamazônica. Para ele, era difícil compreender tanta manifestação de alegria ante um empreendimento que tratava a Amazônia como “terra sem homens”, um “slogan” utilizado na propaganda oficial, e que desumanizava e arrancava os direitos das populações indígenas.

Ao mesmo tempo em que se tornava palco para surgimento de cidades, sociabilidades e novas possibilidades de vida para milhares de pessoas, a rodovia criava espaços propícios para uma série de conflitos e disputas pela terra. Assim, ao ignorar a existência de ribeirinhos e indígenas, o governo desterritorializou estas populações e as colocou em rota de colisão com os novos moradores.

As obras literárias são uma importante fonte de pesquisa, pois permitem refletir sobre determinados períodos, a partir do olhar de quem o vivenciou e se manifestou em suas obras. Neste sentido, em “Dois meninos na Transamazônica”, obra literária infanto-juvenil, escrita por Margarida Ottoni (1982), conhecida escritora do gênero, o enredo demonstra preocupação de que pudessem surgir conflitos entre indígenas e construtores da rodovia. Na obra de Ottoni, os filhos do cacique de um povo indígena e o de um engenheiro civil, que trabalhava na construção da Transamazônica, desaparecem. Os indígenas acreditaram, em um primeiro momento, que os brancos haviam capturado o filho do cacique, enquanto os operários pensavam que os indígenas haviam sequestrado o filho do engenheiro. Este pensamento quase levou a uma guerra entre indígenas e operários, mas tudo não passava de um mal entendido, desfeito no

final do livro, que é concluído com a celebração da amizade e união entre todos, o que simbolizava a integração nacional a partir da rodovia.

A obra permite então refletir que, embora esquecidas pelos discursos oficiais, as populações indígenas eram uma preocupação constante por parte de escritores, ensaístas e até mesmo agentes de governo. Do mesmo modo, articulistas e repórteres, em matérias publicadas em jornais de circulação nacional, evidenciam um temor de que os indígenas pudessem se transformar em obstáculo ao empreendimento e discutem com órgãos públicos as possíveis medidas a ser implementadas, para viabilizar a construção da Transamazônica, contornando os problemas com estes povos:

Apoio logístico

Para dar apoio logístico e orientar as expedições e prestar assistência aos índios já pacificados, a Funai está montando uma base em Altamira. Será chefiada pelo coronel Rondon e terá a responsabilidade de coordenar todos os trabalhos das expedições e postos indígenas da região. A base também servirá de entreposto para convênio artesanal e de produtos indígenas, Fornecerá medicamentos, ferramentas, sementes e roupas aos silvícolas que já estão em contato com civilizados.

A Funai acredita que com essa base, serão facilitados os trabalhos e assegurada a paz entre brancos e índios, antes e depois da construção da estrada. (RIBEIRO, 1970).

Era frequente o uso do conceito “pacificados” para diferenciar os indígenas em contato com a sociedade envolvente dos indígenas que viviam afastados. As políticas planejadas para “adaptar” estes povos às novas realidades decorrentes da construção da rodovia, visavam, na prática, a integrar os indígenas ao restante da sociedade nacional, retirando-lhes assim suas singularidades. As políticas a ser implementadas, incluíam medicamentos e sementes para a agricultura e até mesmo incentivo ao “artesanato”. Nos não-ditos dos discursos oficiais, estava presente a ideia de garantir a existência dos Parakanã, Assurini, Juruna, Tenharim, Arara, Xikin, Apinajé, e outros povos indígenas que foram atingidos pela estrada, desde que estes se integrassem “pacificamente” ao projeto da rodovia. Paralelamente a uma certa “confiança” de que se garantiria a “paz” com os chamados “pacificados”, havia o temor de que não se conseguisse tais resultados com os indígenas que viviam afastados da sociedade não indígena.

Os indígenas e também os ribeirinhos não indígenas (sobre estes a documentação é escassa) foram atingidos pela rodovia, não como sujeitos nas políticas implementadas e sim como um “efeito colateral” do empreendimento. O projeto da Transamazônica era composto por, além da rodovia principal, de Cabedelo-PB a Lábrea-AM, e várias estradas transversais, chamadas vicinais, com até cem quilômetros

cada. Nas estradas vicinais, foram elaborados os núcleos de ocupação agrícola e repassados aos colonos para agricultura familiar, sobretudo no Pará e Amazonas, mas estes progressivamente ampliavam suas áreas de cultivo, adentrando a floresta, o que os colocava, muitas vezes, em rota de colisão com populações tradicionais.

As populações tradicionais há muito tempo ocupavam a região em lógicas diferentes das utilizadas em outros lugares e poderiam ser atingidas pela construção dos núcleos de colonização, de forma a lhes impossibilitar os modos de vida. Para Souza Martins, as concepções de terra utilizadas pela ditadura, passaram por cima do diálogo sobre os direitos de populações indígenas, o que gerou expropriação e conflitos, pois:

dessacralizou a terra indígena, brutalizou o índio. Para este, a terra não é coisa, não é mera medida. É a terra dos seus mortos, dos seus mitos de explicação de existência e de justificação das relações sociais. É a terra de cujo demorado domínio nasce sua cultura material, as suas técnicas de sobrevivência. (...) Há tribos para as quais o abandono das terras dos seus mortos é falta grave, é pecado sem remissão (MARTINS, 1982: 150).

As terras indígenas foram ocupadas como se não lhes pertencessem, como se a propriedade da terra fosse garantida apenas através de um documento de propriedade sobre um lote de terra previamente demarcado e cultivado. Foram explicitamente ignorados os direitos e os significados culturais da terra, e as diferentes formas de uso e de apropriação por populações tradicionais.

Além do já conflituoso quadro na Transamazônica que reunia, em um mesmo espaço, indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares advindos de outras regiões, o governo repensou as políticas para o programa de colonização, tornando ainda mais complexa a organização das terras ao longo da rodovia, sobretudo no Pará. Logo após o início das obras de construção da rodovia, o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), incentivaram a instalação de polos pecuários na região através de propagandas e convites desafiadores para os investidores e empresários (Natureza, 1971: 8-9).

O pretendido pioneirismo empresarial ocorreu de forma incipiente na Transamazônica, mas já renunciava as transformações nas políticas de colonização. Além do estranhamento frente à população e à natureza amazônica, outros fatores criaram grande pressão sobre os migrantes, como as próprias mudanças nas políticas para região implementadas um pouco após a construção, sobretudo após a saída de Médici do governo e consequente ascensão de Ernesto Geisel. Em 1975, foi publicado o

II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, no subtítulo “Estratégia de Integração Nacional” do capítulo V, estabelece uma significativa mudança nas políticas de colonização estabelecidas até então na região:

III – *Política de colonização e desenvolvimento agrário orientado* (Além de se realizar de forma espontânea), a ter lugar dentro de estratégia que conjuga programas de colonos e pequenos com programas a serem realizados através de empresas rurais – pequenas, médias e grandes -, assim como de empresas de colonização.

(...) Na implantação dos programas de empresas, evitar-se-ão distorções, como a de atribuir sentido de feudos a tais explorações, limitando-se a concessão de terras ao estritamente necessário à atividade produtiva. Também se procurará impedir a tentativa de usar a terra principalmente como investimento fundiário, controlando-se a implantação efetiva dos projetos em prazos bem definidos (II PND, 1975: 49-50).

As novas políticas propiciaram o aumento de problemas e dificuldades para os agricultores familiares que haviam migrado para a região logo após o início da construção da Transamazônica, pois a ênfase da colonização dirigida pelo governo não mais se concentraria em pequenos produtores, mas nas grandes propriedades de terra. Com as novas políticas, voltadas principalmente para as grandes propriedades, os agricultores familiares tiveram de conviver com os latifundiários, o que progressivamente foi criando e acirrando um quadro conflituoso, pois o discurso oficial de que se “evitaria distorções”, como o uso da terra como investimento fundiário, não ocorreu na prática.

As políticas de colonização da Transamazônica desenhavam progressivamente um cenário propício para o surgimento de conflitos fundiários. Em um primeiro momento se ignorou as populações tradicionais, sobretudo indígenas, que foram colocadas em rota de colisão com os agricultores familiares e, em um segundo momento, com o incentivo oficial para o estabelecimento de grandes empresas na região, o cenário para os conflitos fundiários ficou “completo”. A Transamazônica passou a reunir, em um mesmo espaço, diferentes grupos sociais, populações tradicionais, agricultores familiares e latifundiários, com lógicas de territorialidades e formas de apropriação e uso da terra díspares entre si.

Assim, devido a quase ausência de presença efetiva do Estado, como mediador dos conflitos decorrentes das equivocadas políticas oficiais, os indígenas e os agricultores familiares passaram a ser circundados e pressionados por propriedades de milhares de hectares. À medida que se acirravam os conflitos, cresceram os latifúndios, isolando e espremendo pequenos proprietários, indígenas e ribeirinhos não indígenas,

consolidando um quadro de conflitos no campo na região da Transamazônica que ficou ganhou destaque no noticiário nacional, sobretudo a partir da década de 1980.

D. Erwin Krautler, em livro de memórias, sobre seu trabalho na região do Xingu e Transamazônica, comenta os equívocos nas políticas de colonização da Transamazônica. Com estas políticas, implementadas ao longo da década de 1970, criou-se um barril de pólvora que explodiu, sobretudo na década de 1980, resultando em muitos assassinatos no campo. Em um relato emocionado e contundente, baseado em suas próprias experiências, Krautler afirma que:

Nos últimos decênios surgiu uma nova categoria de conquistadores da Amazônia. São os famigerados grileiros que usurpam terras da União e que através de manobras escusas mandam confeccionar títulos definitivos de propriedade artificialmente envelhecidos!
 (...) As famílias dos pequenos agricultores sempre estiveram na mira desses pseudoproprietários. Em décadas passadas, centenas de homens e mulheres perderam a vida de modo violento... São homens e mulheres enterrados como indigentes. Há cemitérios com inúmeras cruces sem nomes, há cemitérios clandestinos sem cruces!
 (KRAUTLER, 2009: 107)

Para Souza Martins, o modo como foram planejadas, implementadas e modificadas as políticas para os projetos de colonização, se constitui em um elemento importante para o surgimento de conflitos no campo, na Amazônia. Baseado em pesquisas etnográficas desenvolvidas ao longo da Transamazônica, afirma que grandes proprietários cercaram terras de pequenos produtores com jagunços, aumentando a tensão e, assim, relata histórias de violência que ouviu na região do Xingu:

oportunidade de ouvir narrativas de peões que trabalham na região do Xingu, num lugar significativamente conhecido como São José do Bang Bang, a respeito do uso do tronco para castigar trabalhadores que na mata cometiam infrações ou tinham baixo rendimento no trabalho. Denúncias sobre essas questões já foram feitas aqui mesmo na Câmara dos Deputados, na CPI³⁶ da Terra (MARTINS, 1982: 89).

A violência contra trabalhadores, bem como a expropriação de terra por latifundiários é parte integrante da realidade de cidades situadas ao longo da Transamazônica. Seu apogeu se deu a partir de 1980 e os dados estão presentes de forma anual, nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁷. O Atlas da Questão Agrária Brasileira, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), reúne os dados da CPT, evidenciando a grande incidência de conflitos por terra no Pará, Maranhão e Tocantins,

36 Comissão Parlamentar de Inquérito.

37 Estes dados podem ser encontrados nos relatórios anuais, elaborados desde 1985, pela CPT.

quando comparados ao restante do país, inclusive na área da Transamazônica e seu entorno, no período de 1985 a 2006.³⁸

Os conflitos, a violência, as disputas por terras e os (des)encontros interculturais, evidenciam que a construção da Transamazônica, devido, sobretudo, a erros de concepção e planejamento, ocasionou muitos problemas e dificuldades para as populações tradicionais da Amazônia, mas também para os migrantes que partiram para a região em busca de terras e melhorias de vida para suas famílias.

Concluindo,

Ao tratarmos das políticas de colonização e povoamento desenvolvidas pelo Estado brasileiro na Amazônia em três distintos períodos de nossa história, em que pesem as significativas diferenças de procedimentos adotadas em cada um deles e de grupamentos humanos envolvidos, há em comum o fato de todas elas absolutamente ignorarem as populações locais que as habitavam, sejam elas indígenas, ribeirinhos ou posseiros. As políticas oficiais de povoamento e colonização foram invariavelmente dirigidas aos grandes proprietários, àqueles proprietários e investidores que poderiam dar uma escala industrial à sua produção agrícola, ou, pelo menos, retirá-la do estágio da subsistência. Não queremos aqui generalizar esse modelo de política agrária fomentada pelo Estado nacional para todos os projetos e empreendimentos que tiveram a Amazônia como locus preferencial para sua implementação, embora sejamos tentados a fazê-lo por conhecermos largamente a literatura que trata do assunto. Não o faremos porque três casos não denotam toda a série, e em tempos de predomínio das especificidades e da supremacia das análises empíricas na produção historiográfica contemporânea, seríamos acusados de generalização.

Porém, estes três projetos de colonização aqui descritos, realizados em diferentes temporalidades, não deixam de ser representativos da forma como o poder público tratou e vem tratando, desde o Império, as populações agrícolas sem meios e propriedades, como já insinuava um dos decretos de colonização aqui apresentados. Em comum aos três projetos o reclamo governamental, seja da Província e depois do Estado do Pará, e o da mídia impressa, seja a imprensa nacionalista republicana ou a imprensa

38 O Atlas da Questão Agrária Brasileira, foi criado por Eduardo Paulon Girard, pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da UNESP e professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e se encontra disponível na página oficial do núcleo www2.fct.unesp.br/nera/atlas.

capitalista da ditadura, o reclamo da necessidade de colonizar os por eles chamados vazios demográficos amazônicos.

Em dois dos casos estudados ouviu-se a advertência de que se a Amazônia não for colonizada pelos brasileiros, os estrangeiros o farão. Esses estrangeiros de olho em nossas riquezas, sejam eles os franceses e demais imperialistas de outrora, seja ele o ainda “atual” imperialismo americano ou a cobiça internacional na Amazônia, parafraseando o livro de Arthur César Ferreira Reis, lema que se tornou uma ladainha presente nos discursos de políticos de diferentes convicções, à direita e à esquerda. Apela-se e apela-se ao nacionalismo para justificar estratégias desenvolvimentistas, bastante questionáveis, de forte impacto ambiental e que geraram mais desequilíbrios sociais. Mas é um tipo de nacionalismo que não é voltado às populações brasileiras despossuídas ou cujas formas de vida convivem ainda com costumes pouco modernos e por isso, distantes da lógica capitalista da acumulação. Essas políticas públicas que apelaram ao sentimento nacional dirigem-se para a promoção da riqueza do Estado, como já alertava o decreto 163. Na disputa entre a relação tradicional com a natureza e a moderna com o território, as políticas de colonização tiveram a missão de territorializar uma nova população de colonos em áreas habitadas, mas tidas pelo aparato oficial como desertas. Daí o discurso da preservação do imigrante estrangeiro em relação ao trabalho duro na roça bragantina, ou o apelo ao envio do migrante nordestino retirante da seca para a sedentarização na “ubérrima” zona da fronteira e o chamado ufanístico de “um país que vai pra frente” a todos os trabalhadores sem terra desejosos de encontrar um novo Eldorado na selva indomesticada.

Observa-se, assim, também de modo comum aos três projetos, o fato de que tanto a política imperial e republicana, quanto aquela do governo militar de Médici, serem incapazes de perceber, ou não quererem voluntariamente perceber, que não havia vazio demográfico, havia diversas populações tradicionais habitando a Amazônia. O Brasil que se mira à frente por essas políticas, não consegue, contudo, erradicar os velhos costumes dos povos tradicionais. Bem que as políticas públicas e privadas oficiais disso gostariam poder se privar, mas essas populações tradicionais, e aqui as generalizamos, continuam persistentes em seus modos de vida de matriz pouco acumulativa. Para cada filho de índio que se desejou integrar ao modo de vida dos colonizadores da Transamazônica, através da fábula reinventada da população ordeira formada pela união das três raças, um outro índio reaparece em luta, reivindicando a ancestralidade da terra.

Problema insolúvel, ao que tudo indica, essa impossível equalização da população somente através das políticas agrícolas de colonização que não souberam e não sabem lidar com as diferenças. Diferenças como nos mostrou Souza Martins, de tempos históricos. Nesse encontro e desencontro entre os diferentes na Amazônia, somente o respeito à diferença, um encontro intercultural, poderá fazer a diferença. Até agora não fez.

Referências

II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

ALICINO, Padre Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

ARNAUD, Expedito. *Os índios Palikur do rio Urucauí*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1984.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

BOLETIM da Sociedade Central de Imigração. *Imigração*, Rio de Janeiro, n. 74, dez. 1890.

O BRASIL quase desconhecido no seu próprio território. *A Noite*, Salvador, 6 nov. 1920.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Coleção de Leis do Brasil*. v. 1, f. 1, 1890. Decreto n. 163, 16 jan. 1890. Cria colonias nacionais no território da Guayana Brasileira. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-163-16-janeiro-1890-518097-publicacaooriginal-1-pe.html>>, Acesso em 25 jul. 2014.

COLONIZAÇÃO do Amapá. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1920.

A COLONIZAÇÃO do Oyapock. *A Noite*, Salvador, 5 nov. 1920.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos de terra e conflitos do campo no Brasil*. Disponível em <www.cptnacional.org.br>, Acesso em 20 dez. 2011.

FARIA, Regina Helena Martins. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 29.2, 2011.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)*, contribuições ao estudo da colonização de São Paulo. Tese (Doutorado em História)-FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

KRAUTLER, Erwin. *Servos de Cristo: memórias de luta e esperança*. São Paulo: Paulinas, 2009.

KRAUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo. *Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 7-10.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, José Evandro Vieira de. Fragmentação fundiária e formação de núcleos coloniais: os pequenos fornecedores de cana do Engenho Central de Lorena, no final do século XIX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro; AMARAL, Vera Lúcia (Org.). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 267-282.

NATUREZA morta. *Revista Veja*. São Paulo, ed. 167, p. 8-9, 17 nov. 1971. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, Acesso em 12 mar. 2010.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, a. III, n. 7, abr. 2012.

OTTONI, Margarida. *Dois meninos na Transamazônica*. Rio de Janeiro: Conquista, 1982.

PINHEIRO NETO, Armando. *De curral da fome a campo santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em História)-Escola de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Nacional, 1960.

RIBEIRO, Luiz Salgado. A reação do índio, uma incógnita. *O Estado de São Paulo*, 20 set. 1970.

ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil*. Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

_____. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 6 n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.

_____. Chronique des relations culturelles caraïbo-amazoniennes le long du fleuve Oyapock. In: FELICI, Isabelle e VEGLIANTE, Jean-Charles (Dir.). *Oublier les colonies. Contacts culturels hérités du fait colonial*. Paris: marie & martin, 2011a, p. 141-160.

_____. Antecipando a Era Vargas. A Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161-178, jul.-dez. 2011.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão na Primeira República*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

UCHOA, Samuel. Costumes amazônicos. *Boletim Sanitário*, Rio de Janeiro, a. II, n. 4, nov. 1923.

A VERDADE sobre a deportação para a Clevelândia. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1928.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Data de recebimento: 15/08/2014

Data de aceite: 21/11/2014